



cultur

Revista de Cultura e Turismo

Artigo:

O PAPEL DO RESIDENTE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO EM NATAL/RN

Autora:

Karina Messias da Silva Alves¹

Copy right, 2007, CULTUR. Todos os direitos, inclusive de tradução, do conteúdo publicado pertencem a CULTUR - Revista de Cultura e Turismo. Permite-se citar parte de artigos sem autorização prévia, desde que seja identificada a fonte. A reprodução total de artigos é proibida. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), que serão informados que a aprovação dos artigos implica na cessão imediata de direitos, sem ônus para a revista, que terá exclusividade de publicá-los em primeira mão. Em caso de dúvidas, consulte a redação: revistacet@hotmail.com

A CULTUR – Revista de Cultura e Turismo é um periódico científico eletrônico, idealizado no Programa de Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz. Com a missão de fomentar a produção científica e a disseminação de conhecimento multidisciplinar relacionados com Cultura, Turismo e áreas afins, objetivando a troca de informações, a reflexão e o debate, provendo assim o desenvolvimento social.

CULTUR – Revista de Cultura e Turismo

CULTUR, ano 03 – n. 03 – Junho/2009

www.uesc.br/revistas/culturaeturismo

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, com dissertação de mestrado inserida na área de concentração “Dinâmica e Reestruturação do Território”, com ênfase no Turismo e produção do espaço, cujo título do trabalho é: “O Processo de Urbanização Turística em Natal: a perspectiva do residente”. É também licenciada em Geografia pela UFRN, e atualmente desenvolve pesquisas na área do Turismo.

RESUMO

O Turismo é uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo e no Brasil, bem como na cidade de Natal/RN. No entanto, além de ser uma atividade econômica promissora e geradora de divisas, ela também gera algumas contradições que incidem sobre a sustentabilidade das áreas turísticas. Comumente. Alguns destinos turísticos têm sido acometidos por problemas de ordem socioambiental (prostituição, violência, poluição das praias, especulação imobiliário e expulsão dos moradores locais das áreas turísticas), daí o trabalho se enveredar pela análise da população local diante dos problemas advindos/ intensificados com o Turismo. Portanto, o estudo visa mostrar o papel do residente na produção do espaço turístico natalense, inserindo-o como agente produtor desse espaço, atribuindo ao mesmo, sua responsabilidade social na defesa e manutenção das áreas, exigindo medidas junto ao Poder Público, na tentativa de amenizar sobre o meio ambiente, as intervenções negativas que a atividade pode vir a acarretar nas áreas turísticas, cujos espaços são também usufruídos pelos residentes sem seus momentos de lazer e recreação.

PALAVRAS- CHAVE: Turismo; Residente; Lazer; Problemas Socioambientais.

ABSTRACT

The Tourism is one of the economic activities that more grow in the world and Brazil, as well as in the city of Natal/RN. However, beyond being a promising and generating economic activity of verge, it also it generates some contradictions that happen on the support of the tourist areas. Comumente. Some tourist destinations have been acometidos for problems of socioambiental order (prostitution, violence, pollution of beaches, real estate speculation and expulsion of the local inhabitants of the tourist areas), from there the work if to enveredar for analyzes ahead of the local population of the problems happened intensified with the Tourism. Therefore, the study it aims at to show the paper of the resident in the production of the natalense tourist space, inserting it as producing agent of this space, attributing the same, its social responsibility in the defense and maintenance of the areas, demanding measured next to the Public Power, in the attempt to brighten up on the environment, the negative interventions that the activity can come to cause the tourist areas, whose spaces also are usufructed by the residents without its moments of leisure and recreation.

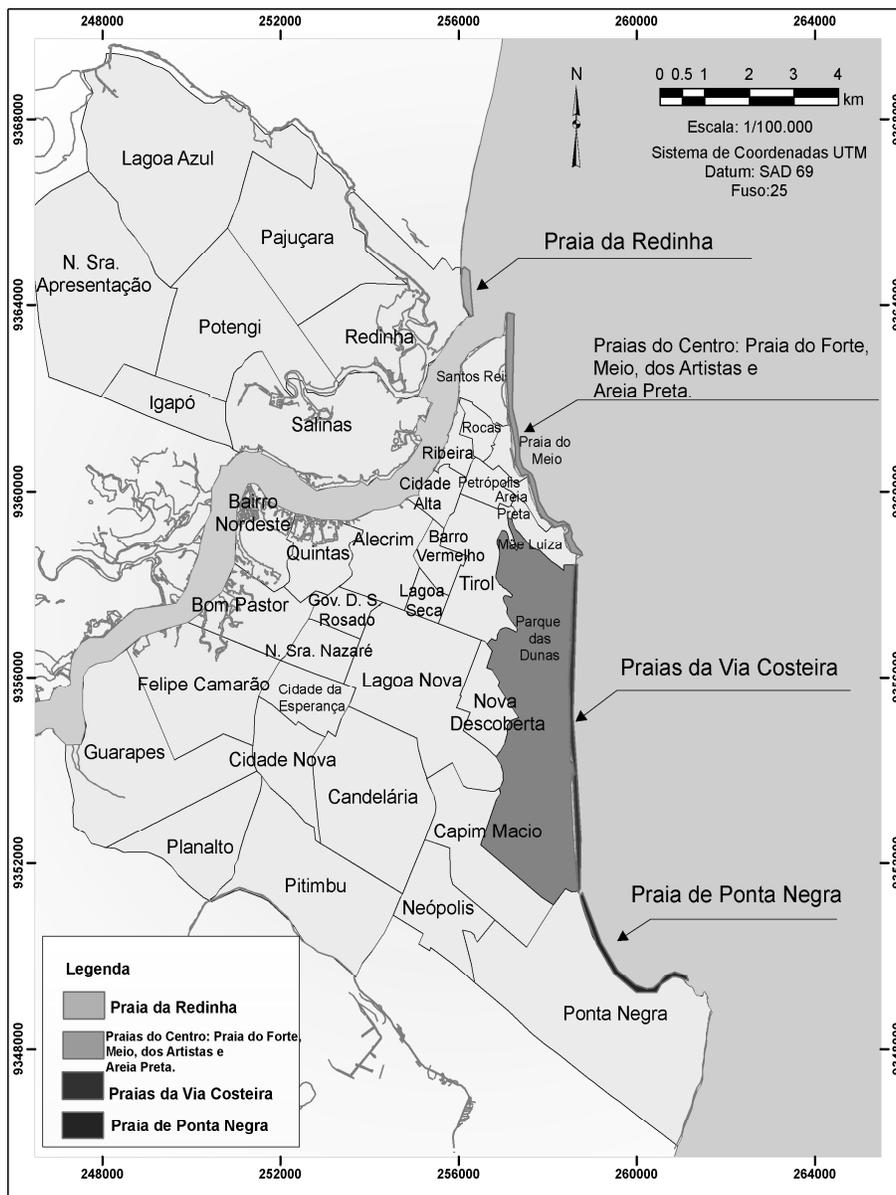
WORDS KEY: Tourism, Resident, Leisure, partner-ambient Problems.

1. INTRODUÇÃO

O modelo de turismo desenvolvido em Natal/RN, assim como na maioria das demais capitais do Nordeste Brasileiro, tem desencadeado uma especialização dos espaços litorâneos para a recepção do fluxo turístico internacional. As políticas públicas locais e regionais influenciam fortemente a concepção desse modelo, propiciando a ampliação e melhorias infraestruturais nas áreas selecionadas para a promoção da atividade, de modo a proporcionar a atração de investimentos públicos e privados para a cidade.

No entanto, à medida que algumas áreas do espaço urbano vão sendo turistificadas verifica-se uma tendência à intensificação de problemas de natureza socioambiental (prostituição, violência, poluição das praias, entre outros), interferindo nas atividades de lazer dos residentes que acabam se deslocando para outras áreas para praticar tais atividades quando a urbanização turística assume maior magnitude. Observa-se que o processo de desterritorialização dos residentes das áreas turistificadas acaba contribuindo ainda mais para o aumento desses problemas e, portanto, na degradação das áreas turísticas. Dessa forma, a principal questão que se coloca neste trabalho é: qual o papel do residente diante do processo de urbanização turística em Natal?

A hipótese que norteou o desenvolvimento do trabalho é que a frequência por parte do residente às áreas turistificadas é essencial para garantir a sustentabilidade da destinação turística. Comumente os trabalhos existentes sobre a temática do turismo têm dado pouca ênfase à atuação do residente diante da atividade turística e de seus desdobramentos na produção do espaço. Assim, essa linha de pesquisa assume importância, pois se trata de uma abordagem que privilegia o papel do residente, considerando este um agente importante para a sustentabilidade dos espaços turísticos.



Nota: Mapa trabalhado por Paiva, 2007.

Mapa 1 – Praias do município de Natal, objeto do estudo – 2007.

Sendo assim, o objetivo desse artigo é analisar a participação dos residentes enquanto agente produtor do espaço turístico natalense, observando suas ações e reações em relação à territorialização turística de suas áreas de lazer.

O recorte temporal é definido pela conclusão do PRODETUR/RN I (no ano de 2002), até os dias atuais, período em que ocorre uma intensificação no processo de urbanização turística em Natal decorrente da internacionalização da atividade no estado potiguar, resultando no aumento do fluxo de turistas e investimentos estrangeiros. O recorte espacial abrange as quatro praias da cidade de Natal: as Praias do Centro, a Via Costeira, Ponta Negra e Redinha (ver Mapa 1).

Com relação aos procedimentos metodológicos que possibilitaram a realização da pesquisa, optou-se pela aplicação de questionários junto à população local, no período de janeiro a maio de 2007, para obtenção de dados primários. Os questionários foram aplicados junto aos moradores da cidade (totalizando 116 pessoas), englobando, nessa amostra, residentes de várias camadas sociais, faixas etárias, níveis de escolaridade, distribuídas nas quatro Regiões Administrativas de Natal. Foram utilizados também dados secundários obtidos nos seguintes órgãos governamentais: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IDEMA/RN (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte); SEMURB (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo); SEBRAE/RN (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte); CEFET/RN (Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte).

2. RESIDENTE ENQUANTO AGENTE PRODUTOR DO ESPAÇO TURÍSTICO

Na produção do espaço turístico, Knafou (1996) identifica a existência de três fontes de turistificação dos espaços, a saber: os turistas, o mercado e os planejadores turísticos. Tais agentes são os principais responsáveis na transformação de uma localidade em uma destinação turística, imprimindo características específicas ao espaço produzido, segundo o modelo turístico adotado.

No entanto, quando nos referimos especificamente ao processo de transformação do espaço desencadeado pela turistificação do lugar, além dos três agentes destacados por Knafou, ocorre a participação de um outro segmento fundamental para compreendermos a natureza dos espaços turistificados: os residentes.

Os residentes podem participar da produção do espaço turístico de formas distintas: passivamente, quando aceitam as determinações dos agentes turísticos hegemônicos (Estado e o mercado) e, de forma omissa, compactuam com a racionalidade dos atores que imprimem a lógica que deve pautar a produção da destinação turística, ou ativamente, quando se manifesta através dos movimentos sociais e como cidadãos que cobram e exigem seus direitos.

Ao analisar a produção do espaço na cidade, Carlos (1984, p.86) identifica que “a produção espacial realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar num momento específico”. Ou seja, os espaços na cidade também são produzidos através do cotidiano das pessoas em suas atividades corriqueiras.

Neste trabalho procuramos ressaltar o papel do residente enquanto agente produtor, sendo este co-responsável pelo modelo turístico urbanístico que vem sendo desenvolvido em Natal. No entanto, devemos considerar que na produção dos espaços turísticos local, o poder público e o mercado (segmento empresarial) assumem relevância em relação aos demais agentes (FONSECA, COSTA, 2004; CRUZ, 2007). São eles que, juntos, impulsionam a concretização da atividade nos territórios. Cabe salientar que a formação de parcerias entre ambos tanto pode acarretar o fortalecimento do turismo enquanto atividade econômica, como gerar parcerias que possam de desdobrar em ações para a elaboração de projetos de preservação ambiental.

Inseridas nessas ações, também podem ser incluídas aquelas que se volta para a responsabilidade social, não se restringindo apenas em garantir os interesses dos empresários turísticos, nem em gerar divisas aos cofres públicos, mas que respeitem os direitos básicos dos cidadãos, inclusive o direito básico ao lazer. A seguir, abordaremos as formas de inserção dos residentes de Natal na produção do espaço turístico local.

3. O PAPEL DO RESIDENTE DIANTE DA URBANIZAÇÃO TURÍSTICA EM NATAL: INSERÇÃO PASSIVA E INSERÇÃO ATIVA

No processo de urbanização turística em Natal, os espaços públicos da orla são alvos preferenciais dos agentes do mercado turístico para a produção da atividade turística e, coincidentemente, esses espaços também se constituem nas principais áreas de lazer para o conjunto da população local. Assim, mesmo sendo espaços turísticos, os moradores locais também participam de sua produção, realizando suas atividades de lazer, demandando obras infraestruturais e outras medidas preservacionistas, ou inclusive se retirando das áreas praianas mais turistificadas.

Este trabalho optou por relacionar a produção espacial e o residente, considerando-se duas situações: 1- a população se torna um agente passivo, caracterizando-se pela omissão no processo de produção do espaço turístico. O residente abandona seus espaços de lazer e, nesse caso, sua saída também se reverte numa forma de produzir o espaço, na medida em que essa ação potencializa a inserção de outros grupos nos espaços de lazer; 2- a população se torna um agente ativo, quando a sociedade civil organizada não compartilha com a racionalidade excludente e organiza movimentos sociais na defesa de seus interesses.

3.1 A inserção passiva

A atuação da população em relação à defesa de seus espaços de lazer se reverte em uma situação em que a maioria dos residentes assume uma atitude passiva. Podemos analisar esse comportamento sobre os seguintes aspectos: em primeiro lugar, no planejamento e na gestão da atividade turística não é muito comum considerar a participação da população nas tomadas de decisões, seja por negligência dos principais agentes responsáveis pelas tomadas de decisões (poder público e o dos agentes do mercado turístico), seja por uma atitude hegemônica, isto é, em não inserir deliberadamente a população na esfera do planejamento turístico.

Em segundo lugar, existe o conformismo de parcela significativa da população em não fazer valer o seu direito à cidade e, mais especificamente, o direito de manutenção e preservação de suas áreas de lazer. Devemos analisar também que a

atitude de passividade da população também vem do descrédito em relação ao poder público vir considerar os interesses dos moradores (CORIOLANO; SILVA, 2005).

A atividade turística se concretiza cada vez mais na cidade associada a uma intensa transformação socioespacial nos locais turistificados, devido à construção e ampliação dos equipamentos turísticos pelos agentes do mercado turístico e pelo poder público, intervenções espaciais estas que se revertem no crescimento do número do fluxo e da receita turística.

No entanto, quando se trata de decisões pertinentes à expansão da atividade e dos efeitos perversos que a atividade é passível de causar ao meio ambiente e aos espaços públicos, observa-se uma despreocupação com a população local, sendo pouco considerado os efeitos dessa atividade no cotidiano da população local.

A ausência de mecanismos que possibilitam a inclusão do residente no planejamento e gestão turística é manifestada por 93,7% dos entrevistados que responderam que nunca foram consultados ou ouvidos a respeito do planejamento dos espaços turísticos.

A pouca expressividade dos residentes em relação às formas de protestos diante dos problemas socioambientais manifestados nas áreas de lazer agora turistificadas, tem levado muitos a optar por outro tipo de atitude, ou seja, o afastamento das áreas turísticas, como uma forma de protesto silencioso. Assim, a escolha por esse tipo de protesto faz do residente um agente passivo, diante da degradação de suas áreas de lazer.

A inexistência de um planejamento participativo na atividade turística reforça a lógica dessa produção espacial que tende a privilegiar o visitante em detrimento da população local. Na gestão da atividade turística prevalecem as ações do poder público e dos agentes de mercado que comandam de forma hegemônica a atividade, excluindo a possibilidade de considerar o residente enquanto agente ativo e participante da gestão do espaço turístico.

Os resultados do estudo convergem para a confirmação de que a maioria da população local vem desenvolvendo atitudes passivas diante dos efeitos negativos que a atividade tem proporcionado ao ambiente público das praias urbanas.

Na medida em que as praias de Natal passaram a ser freqüentadas mais intensamente pelos turistas, os problemas de ordem socioambiental também se intensificaram, resultando na saída gradual dos residentes das praias. Os motivos que tem contribuído para o descontentamento e a saída dos residentes das praias são: Poluição (18,1%), Prostituição (17,2%), e Preços dos Produtos e dos Serviços (16,4%), Violência/Insegurança (14,7%), Deficiência na Infraestrutura (10,3%) e Dificuldade de acesso (2,6%). Na pesquisa, identificamos que 19,6% dos residentes entrevistados estão transferindo suas práticas de lazer para as praias localizadas em outros municípios: Parnamirim (praias de Pirangi e Cotovelo), Nísia Floresta (praias de Pirangi do Sul, Búzios e Tabatinga), Extremoz (praia de Pitangui), Ceará-Mirim (Praia de Muriú) e o Município de Touros.

Com o objetivo de caracterizar melhor os residentes que passaram a freqüentar praias fora de Natal, fizemos uma correlação com os níveis salariais. Os dados obtidos mostram que não são apenas os residentes pertencentes às classes sociais mais favorecidas que estão transferindo suas práticas de lazer para outros municípios. O mesmo está se dando com as classes populares. Dessa forma, alguns residentes optam por se ausentarem das praias de Natal como forma de protesto.

Consideramos que essa atitude dos residentes enquanto atores sociais, repercute no processo de produção espacial. Esse tipo de reação facilita e intensifica o surgimento de outros grupos sociais nos espaços turísticos, desencadeando novas formas de territorialidades, como é o caso da prostituição, do tráfico de drogas, entre outros.

Nesse sentido, conforme as palavras de Coriolano e Silva (2005, p.144), “A sociedade enfrenta e partilha desse processo hegemônico de forma subordinada, e, embora sendo maioria, tem sempre menor poder de decisão, apesar de exercer pressão política em determinados momentos”.

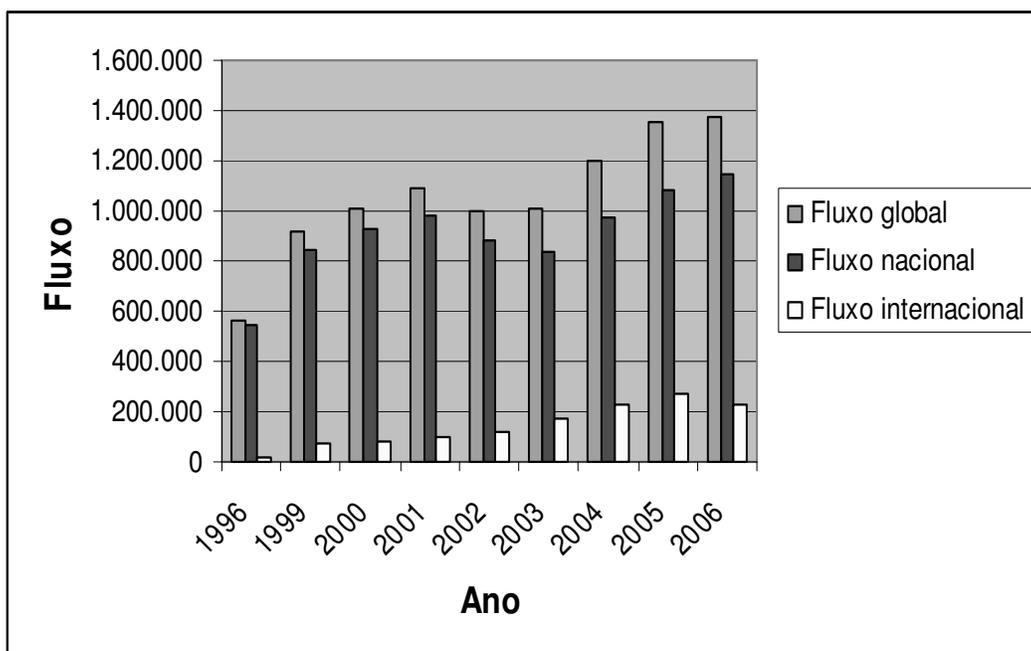
A omissão ou a passividade dos moradores, diante dessa produção espacial excludente, embora se processe numa realidade que esbarra no poder hegemônico dos agentes turísticos (empresários e Poder Público), dificulta ainda mais a possibilidade de inserção do residente nesse processo.

3.2 A inserção ativa

No processo de urbanização turística em Natal, a sociedade civil começa, mesmo que timidamente, a se posicionar de maneira crítica diante da turistificação dos espaços de lazer na cidade, originando movimentos sociais que lutam contra essa intensa produção e valorização espacial motivada pelo crescimento da atividade turística, que é responsável por uma forte especulação imobiliária sobre áreas ambientalmente frágeis (áreas dunares, protegidas por lei) e por provocar diversos problemas de ordem socioambiental (segregação, poluição, prostituição, violência, entre outros).

Neste contexto, o estudo mostrou que uma pequena parcela dos residentes pesquisados está engajada em algum tipo de manifestação contra os problemas de natureza socioambiental evidenciados nas áreas onde o processo de turistificação intensificou-se, ou seja, a partir do momento em que houve um aumento do número de turistas, principalmente do turista estrangeiro a partir do início da década atual (ver Gráfico 1).

Dos resultados obtidos junto aos entrevistados, no que se refere às reações dos residentes em defesa dos seus espaços de lazer que passam pelo processo de turistificação, no sentido de combater os problemas socioambientais, apenas 31% dos residentes disseram se manifestar de alguma forma (mobilizando a sociedade, fazendo passeatas, divulgando na imprensa, dentre outros) enquanto 68,1%, ou seja, a maioria dos entrevistados, responderam que não se manifesta (ver Tabela 1).



Fonte: FONSECA (2005); SETUR-RN.

Nota: não dispomos dos dados referentes aos anos de 1997 a 1998.

Gráfico 1 – Evolução do Fluxo Turístico em Natal – 1996/2006

Tabela 1 - Município de Natal

Formas de manifestação dos residentes em relação aos problemas socioambientais

Tipo de Manifestação	Porcentagem (%)
Denunciando aos Órgãos Competentes.	14,7
Mobilizando a Sociedade	6,0
Fazendo Passeatas	4,3
Divulgando na Imprensa	1,7
Outro tipo de Manifestação	4,3
Não se Manifesta	68,1
Não Responderam	0,9
Total	100

Fonte: pesquisa de campo, 2007

A intensificação da atividade turística na cidade de Natal recai sobre intervenções urbanísticas que incidem sobre o meio ambiente, provocando a inquietação de alguns segmentos da sociedade. Somando-se a esse quadro, tem-se a atuação do poder público diante do processo de urbanização turística, que tende a relegar certos espaços da cidade aos interesses dos agentes turísticos, em detrimento dos interesses do residente.

Em Natal, os primeiros movimentos reivindicatórios em defesa do meio ambiente surgiram no final da década de 1970, período no qual a atividade turística começava a ser implementada na cidade, com intervenções urbanísticas em áreas que apresentavam frágil caráter ambiental.

Foi assim com o Projeto do Parque das Dunas / Via Costeira (PD/VC), idealizado no final da década de 1970 e início de 1980, quando uma Via foi construída entre uma área dunar, considerada local de proteção ambiental, para a implementação de uma cadeia hoteleira de grande porte. O movimento era formado por profissionais liberais e ambientalistas que reagiam contra a localização desse megaprojeto turístico, alegando o forte impacto ambiental que poderia ser provocado na área. Para Lopes Júnior (2000, p.130), esse movimento social foi considerado, até aquele momento, o “mais importante movimento social relacionado à questão ambiental em Natal e o que mais produziu reordenações positivas nas intervenções ambientais dos governantes locais”.

A reação de segmentos sociais contra o Projeto PD/VC, obteve resultados significativos para a cidade, embora, a luta não tenha impedido a construção do megaempreendimento turístico. Entre suas perdas e conquistas, os ambientalistas conseguiram que os empresários turísticos redefiniram seus objetivos iniciais e inclusive que o poder público criasse uma reserva ecológica para a preservação do ecossistema daquela área - o Parque Estadual das Dunas² -, considerado uma vitória significativa para os ambientalistas (LOPES JÚNIOR, 2000).

² O Parque Estadual Dunas de Natal é uma Zona de Proteção Ambiental (ZPA), que pela diversidade de sua flora, fauna e das belezas naturais, constitui importante unidade de conservação destinada a fins educativos, recreativos, culturais e científicos (PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, SEMURB, 2005).

Após a luta contra a construção da Via Costeira, ainda na década de 1980, outro movimento se aquecia, agora para impedir o avanço da especulação imobiliária que incidia sobre um outro espaço de lazer na cidade: a Praia de Areia Preta (uma das praias incluídas no conjunto Praias do Centro). Essa luta tinha o intuito de dificultar a construção de espigões na orla da praia. O movimento era composto pelos moradores locais, dentre os quais se destacavam “entidades estudantis, igreja católica e algumas das personalidades públicas que haviam se envolvido com a luta anterior contra o projeto Via Costeira” (LOPES JÚNIOR, 2000, p.131).

Em meados da década de 1990, com a expansão da urbanização turística, alguns movimentos sociais passam a reivindicar o direito ao espaço público da orla, na medida em que alguns empreendimentos hoteleiros se apropriaram de áreas próximas ao bairro de Mãe Luíza, dificultando o acesso às Praias do Centro para os moradores do bairro.

Mas, diante dos impasses travados entre ambientalistas e empresários imobiliários, a luta representou ganhos, mais precisamente para os empresários, beneficiando-se da legislação urbanística da cidade, uma vez que essa passou a tornar possível a verticalização em apenas um único trecho da orla urbana, mais precisamente na Praia de Areia Preta.

As conseqüências da verticalização desse trecho da orla foram consideradas como uma falta de respeito para com os marcos históricos da Cidade (o Farol de Mãe Luíza), encobrindo a paisagem e agravando a situação de risco de várias famílias que há anos viviam na encosta localizada por trás dos prédios, onde se localiza o bairro de Mãe Luíza (SILVA, 2007).

No decorrer do ano de 2006, outro movimento em defesa do meio ambiente desponta na cidade. O alvo dessas reivindicações recai sobre a construção de empreendimentos imobiliários próximos ao Morro do Careca localizado na praia de Ponta Negra, detentor de um alto valor sentimental para os residentes.

O Morro do Careca é considerado um dos principais cartões postais da cidade, sendo alvo de forte apelo publicitário para o turismo. Nesse contexto, essa paisagem natural tem despertado o interesse do setor imobiliário, que a utiliza como recurso mercadológico, seguindo uma tendência do mercado em atrair um público que prefere morar próximo à natureza, sendo que o porte dos empreendimentos pode vir a comprometer a visualização de uma das mais belas praias de Natal.

Foi então que o movimento denominado de *S.O.S Ponta Negra* foi criado, contando com a participação de ambientalistas, profissionais liberais, políticos, estudantes, entre outros segmentos da sociedade civil. O movimento começou com a denúncia no *blog* do jornalista Yuno Silva, que entrou no ar no dia 17/09/2006, com o intuito de protestar contra as construções dos espigões no entorno do Morro do Careca. Quatro dias depois, o assunto já ganhava as primeiras páginas de todos os principais jornais do Estado (TRIBINADONORTE, 2006).

O movimento tenta dificultar a construção desses empreendimentos imobiliários em uma área de proteção ambiental, como também impedir que a população local seja atingida pela forte especulação imobiliária.

O movimento *S.O.S Ponta Negra* conseguiu, com a sua luta e reivindicações, fazer com que o poder público embargasse as obras de tais empreendimentos, como também discutir a criação de áreas não edificantes para o bairro de Ponta Negra.

Diante de todos esses movimentos que vêm provocando inquietação em uma parcela da população, inicia-se uma discussão acerca da intensa produção espacial para fins turísticos, a qual vem seguindo um modelo de urbanização que se reverte numa produção espacial que tende a deixar de lado tanto as questões ambientais importantes quanto os interesses da população.

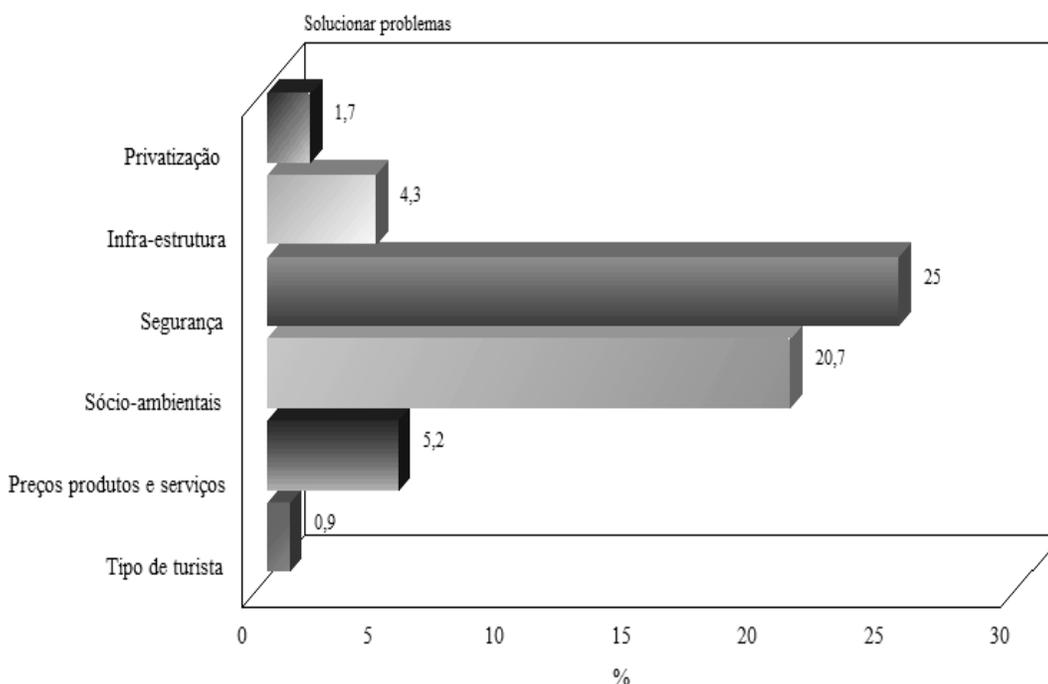
O ressurgimento dos movimentos sociais em Natal mostra que a sociedade não está totalmente apática com relação à defesa dos seus interesses. Mesmo diante do intenso processo de urbanização em certos pontos da cidade, esses movimentos colocam em questão os interesses dos agentes capitalistas, instigando a participação da sociedade, que segundo Santos (1999) se apresentam como as ‘contrafinalidades’ em relação aos atores hegemônicos. Mesmo que ainda não consigam envolver parcela significativa da população, já apresentam resultados positivos na defesa dos interesses desta e em outras conquistas.

O residente se insere, portanto, como agente produtor dos espaços turísticos, de forma ativa, não só pela sua participação na arrecadação dos impostos, que são revertidos em subsídios para a manutenção desses espaços, como também pela sua participação em movimentos sociais, reivindicando o seu direito à cidade, ao lazer e a

melhoria da qualidade de vida, que deve ser observado no processo do planejamento turístico.

Embora os resultados da pesquisa revelem um alto índice de pessoas que não se manifestam diante dos problemas socioambientais evidenciados nas praias, existem iniciativas por parte de alguns residentes, conforme mencionado acima, que podem vir a se fortalecer no combate aos efeitos negativos do turismo em algumas áreas da cidade.

Ao questionar sobre as medidas que deveriam ser tomadas pelo poder público para que a população local volte a freqüentar as praias de Natal, foram apontadas as seguintes medidas: melhoria da segurança (25%), diminuição dos problemas socioambientais (20,7%), diminuição nos preços abusivos dos produtos e serviços (5,2%), melhoria da infra-estrutura (4,3%), combate à privatização de áreas públicas (1,7%), combate ao comportamento abusivo de alguns turista (0,9%), conforme é mostrado no Gráfico 2.



Fonte: pesquisa de campo, 2007.

Gráfico 2 – Principais medidas para o residente voltar a freqüentar as praias de Natal

A análise dos resultados revela que uma parcela significativa dos residentes está ciente dos aspectos positivos e negativos do turismo, tanto sociais quanto ambientais, bem como do que deve ser realizado pelo poder público para que eles possam voltar a desempenhar suas práticas de lazer com mais frequência nas praias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A racionalidade da produção do espaço turístico é dada pelos agentes hegemônicos que qualificam uma destinação para o consumo, enquanto a lógica de produção do espaço para o residente é outra, pois o espaço é para ser vivido. Os interesses, portanto, são distintos.

Nesse contexto, surge a indagação de como conciliar essas duas lógicas distintas e como o poder público medeia essa relação. Também nasce o questionamento sobre como garantir o funcionamento da atividade turística, sem esquecer a necessidade de garantir o bem comum, que o espaço é de uso comum, especialmente, a área de lazer, que é um direito do cidadão.

Ao longo do processo de produção dos espaços turísticos em Natal, transformações foram evidenciadas nos espaços de lazer do residente, com a inserção de equipamentos e serviços turísticos para o consumo dos turistas, além das transformações de ordem socioespacial nesses espaços.

Paralelamente aos investimentos do poder público e às intervenções dos empresários do setor, a atividade turística revela suas contradições e paradoxos, no sentido de que, quanto mais os espaços recebem investimentos e se especializam na atração de turistas estrangeiros e na oferta de serviços a estes, os problemas de ordem socioambiental intensificam-se.

Exemplos locais não são considerados pelo poder público como um quadro de referência para o planejamento turístico. Os problemas de ordem socioambiental (poluição prostituição, violência/insegurança, deficiência na infra-estrutura, dentre outros), que outrora contribuíram para o afastamento de uma parcela significativa da sociedade das praias do Centro, atualmente se tornaram uma constante nos espaços

turísticos que emergem com intensa atividade turística, como é o caso da praia de Ponta Negra.

Dada a sua magnitude esses problemas resistem às várias investidas do poder público no seu combate. Diante desse quadro de problemas, em que os espaços produzidos numa lógica em que o visitante se torna o agente prioritário dessa produção, esses espaços têm sido alvos constantes da prostituição, da violência, da criminalidade, da poluição, etc.

Os resultados convergem para uma realidade preocupante. Das pessoas que compuseram o universo de análise, um número significativo vem deixando de frequentar as praias urbanas da cidade na medida que estas vão se turistificando.

Em contrapartida, as praias localizadas em outros municípios têm sido alvos preferenciais de uma parte dos residentes, que passaram a transferir suas práticas de lazer para essas localidades devido à intensificação dos problemas que emergiram associados ao turismo nas praias da cidade.

A pesquisa constatou que os residentes que estão saindo das praias de Natal não são apenas aqueles pertencentes às classes socioeconômicas mais favorecidas, mas, em sua maioria, aos das classes mais populares, o que se constitui um dado importante, pois as praias urbanas estão aos poucos deixando ou perdendo o encanto para os seus residentes de modo geral ou se tornando impróprias para seu consumo, devido aos altos preços praticados pelos serviços prestados.

A população local, porém, ao resgatar a sua cidadania, fazendo prevalecer seus direitos na busca de sua participação na gestão do espaço turístico, poderá contribuir, inclusive, para a sustentabilidade da destinação turística. Dessa forma, um modelo de gestão turística deve direcionar ações que contemplem a necessidade de se produzir um espaço turístico que integre o residente, de modo que este não perca sua identidade com o lugar, como o que está se evidenciando com esse modelo de turistificação.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1984.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M.Teixeira; SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello. **Turismo e geografia: abordagens criticas**. Fortaleza: UECE, 2005.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza **Política de Turismo e Território**. 3.ed. São Paulo:Contexto, 2002.
- _____. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo -lugares**. São Paulo: Roca, 2007.
- FONSECA, Maria Aparecida Pontes; COSTA, Ademir Araújo. **A Racionalidade da Urbanização Turística em Áreas Deprimidas: O espaço produzido para o visitante**. MERCATOR, Revista de geografia da UFC; Fortaleza, n. 6, 2004. p. 25-32.
- KNAFOU, Remy. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LOPES JÚNIOR, Edmilson. **A construção da cidade do prazer: Natal**. Natal/RN, EDUFRN, 2000.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB). **Anuário de Natal**. Natal, 2005. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/semurb>. Acesso em 10/12/2006.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3.ed. São Paulo, Hucitec, 1999.
- SILVA, Maria Florésia Pessoa de Souza. **A produção habitacional contemporânea e a auto-exclusão dos ricos no espaço urbano de Natal – RN (1995 – 2003)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal (RN), 2004. Disponível em: <<http://www.ppgau.ufrn.br/Dissertacoes/2004/2004>>. Acesso em: 28/02/2007.
- VERA, J.F.et al. **Analisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel, 1997

Recebido em 25/10/2008.

Aprovado em 18/05/2009.